



ACÓRDÃO Nº190/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11262/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Afonso Lobo Moraes (Secretário Executivo), Edson Theophilo Ramos Pará (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3084/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1 Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Afonso Lobo Moraes**, Secretário Executivo de Estado da Fazenda, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos - SEFAZ, referente ao exercício de 2016 (U.G: 14103).

10.2 Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Edson Theophilo Ramos Pará**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos - SEFAZ, referente ao exercício de 2016 (U.G: 14103).

10.3 Dar quitação ao **Sr. Afonso Lobo Moraes**, Secretário Executivo de Estado da Fazenda, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº.



ACÓRDÃO Nº190/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.4 Dar quitação ao **Sr. Edson Theophilo Ramos Pará**, Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.5 Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. Inexistência de disponibilidade de caixa, havendo, contudo, alto valor registrado como Restos a Pagar (entre inscrições não processadas e processadas do exercício), o que acarreta a ausência de recursos para custeio das obrigações assumidas, sendo esta conduta afrontosa às disposições do artigo 42, da Lei Complementar nº. 101/2000;

10.5.2. Registro de dados alarmantes com um passivo potencial exponencial dos débitos na destinação de recursos ordinários quando da análise do Balanço Patrimonial;

10.5.3. Planejamento orçamentário feito sem a necessária correspondência com a realidade, gerando uma desproporção considerável entre a receita prevista/atualizada e a receita realizada, o que repercute em toda a economia do Estado, trazendo dificuldades que vão do planejamento à execução em afronta à LRF (art. 1º, §1) e à gestão planejada e transparente exigida de todo aquele que gere verbas públicas;

10.5.4. Não separação de registros das fontes de recursos do FUNDEB (parte estadual e federal);

10.5.5. O sistema AFI não detalha todas as fontes de recursos vinculados, a exemplo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;

10.5.6. Divergências entre as informações de folha de pagamento e os valores desembolsados a título de FUNDEB;

10.5.7. Pagamentos por conta corrente (conta 12.092- 8, agência 3739) que não consta em contrato e no sistema AFI, além da utilização de contas de passagem;



ACÓRDÃO Nº190/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5.8. Movimentação bancária não registrada pela contabilidade do Estado, de forma mais particularizada, não identificando registros contábeis das movimentações das contas 12086-3 e 12092-8 (Bradesco, agência 3739), de titularidade do Governo do Estado do Amazonas;

10.5.9. Extratos bancários contratualmente definido como conta de folha (conta 12.086-3) refletem no seu histórico de lançamento pagamento a fornecedor, quando na realidade o pagamento é de folha. Além disso, em tais extratos foram constatadas movimentações para pagamento de fornecedor;

10.5.10.

justes de troca de fonte de recursos no sistema AFI, deixando o portal da transparência com informação distorcida.

10.6 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral